

## **Processo Seletivo 2026 – Prova do curso de Especialização em Direito Administrativo**

### **LINGUA PORTUGUESA**

1- Assinale a alternativa que contém oração subordinada substantiva completiva nominal:

- a) Ultimamente o ameaçou que não acharia ceia.
- b) Sabemos que ignoramos.
- c) Mas pode-se gabar que foi o primeiro.
- d) Verifico, com um sentimento indefinível, que sou o único sobrevivente.
- e) Tinha certeza que ela levava uma criança.

2- Assinale a alternativa que corresponde a uma oração cujo pronome relativo tem a função de objeto indireto:

- a) Conheceu minha mãe, uma mulher simples, com quem praticou numa célebre festa de formatura.
- b) Este é um motivo a que não se pode atribuir qualquer importância.
- c) A vizinha providenciou-lhe uns doces árabes, cujo recheio se desmanchava.
- d) Meu coração foi um palco em que se representaram dramas de toda espécie.
- e) Não posso recusar o que me pedem.

3- Assinalar a oração incorreta quanto à concordância verbal:

- a) Salve os mártires de nossa luta.
- b) Viva o campeão!
- c) Salvem as crianças!
- d) Viva as estrelas!
- e) Salve o grande mestre!

Para as questões 4 e 5 utilize o texto abaixo:

Não há cousa tão preciosa, e tão útil, que continuada não enfade. Por isso sendo a mais estimada e mais amada de todas a vida, não só variou Deus o ano em Primavera, Estio, Outono, e Inverno, senão que até os dias e noites fez tão desiguais, e dessemelhantes, que dentro da mesma roda do ano só um é igual, e semelhante ao outro. Mas a que fim este exórdio? Estamos por mercê de Deus no dia quinto da nossa novena, que por boa conta é o meio dela. E para não enfastiar a devoção, que também se enfastia, julguei por cousa conveniente, e agradável aos ouvintes, que no meio da mesma continuação, sem interromper a matéria, fosse hoje de algum passatempo. Assim será, e no mar veremos um jogo, e na terra outro.

Os jogos são tão antigos como o tempo, e porque este passa, e não torna, não sei se com razão ou sem ela se chamaram passatempos. Os primeiros jogos que inventaram os homens, quando ainda não eram, ou ainda se criavam para ser homens, foram a luta, os cestos, a clava, a lança, a péla, o tróia (a que nós chamamos canas), o lançar a barra, o ferir o alvo com a seta, o correr no estádio, o saltar os valos, o nadar vestido de armas, e outros semelhantes, cujo exercício era tão útil para a saúde e robusteza dos corpos, como necessário para a guerra, para a agricultura, e para os outros trabalhos de que vive e se conserva o mundo. Foram inventores destes jogos Hércules, Pito, Teseu, e outros heróis, de quem os tomaram os Gregos e Romanos. E nota Alexandre ab Alexandro (advertência digna de tanto reparo, como confusão) que se decretou por lei do Senado em Roma, que só estes jogos, e nenhum outro se pudesse jogar a dinheiro: [...]. Sendo porém o principal prêmio dos que venciam, não o dinheiro, senão a honra e a fama, esta era tão gloriosa nos jogos que se chamavam sagrados, que não se dava coroa ao vencedor, senão à pátria.

E sendo estes jogos dos gentios tão honestos, tão racionais e tão sisudos, que afronta é dos cristãos, que tomassem deles os dados e cartas, nos quais como notou, antes de nos conhecer, Marco Túlio, nenhum lugar tem a razão e o juízo, senão a temeridade e o caso: [...]. Nestes dous jogos, ou latrocínios da cobiça, o menos que se perde é o dinheiro, posto que seja com tanto precipício e excesso, como chora a ruína de muitas famílias, em que os filhos primeiro se veem deserdados, que órfãos, os dotes das mulheres consumidos, e as filhas em lugar de dotadas roubadas. O ouro de que se fundiu o ídolo do deserto, foi o das arrecadas das mulheres e filhas: [...] E que maldito ídolo é este, senão o do jogo em que os salteadores domésticos, depois de terem dissipado tudo o mais, até as arrecadas das mulheres e filhas lhes arrancam das orelhas? Refere ali o Texto sagrado, que os adoradores do ídolo, depois de comerem, se puseram a jogar: [...] Assim se usa comumente, que na mesma mesa às iguarias sucedem as cartas e à comida o jogo. Mas eu, sem ser profeta, me atrevo a afirmar, que na mesa onde se frequentar muito o jogo cedo faltará o comer. E donde tiro, ou infiro este prognóstico? Do horóscopo das mesmas cartas, e da má estrela e influência da qual elas nasceram.

Antônio Vieira: Sermão quinto – Jogo

4- Acerca do texto acima é correto afirmar que:

- a) Vieira afirma que Deus dividiu o ano em épocas distintas com intuito de entreter o ser humano, uma vez que o tédio é algo inerente à vida.
- b) Vieira preambula seu sermão, pois sabe que seus ouvintes logo ficarão enfasiados ao longo de sua fala e utiliza dessa estratégia para reter sua atenção.
- c) Com seu sermão Vieira critica os crentes que são inconstantes e ficam enfadados até mesmo na devoção, contrariando a mercê de Deus.
- d) Vieira lembra que os hebreus utilizaram o ouro que ganharam nos jogos e que era originário das joias das mulheres para construir um ídolo para adorar o deus do jogo, em agradecimento às vitórias obtidas.
- e) Como profeta que é e conhecedor do horóscopo Vieira afirma que as estrelas e as cartas profetizam que na mesa daqueles que jogam faltará o que comer.

5- Acerca do texto acima é correto afirmar que:

- a) Em seu sermão, Vieira apresenta a origem do termo “passatempo”, explicando sua relação com a evolução inexorável do tempo e demonstrando que esse termo remonta à antiguidade grega e romana, tal como a prática de diversos jogos.
- b) O autor condena os jogos de maneira geral, pois todos acarretam a perda do patrimônio financeiro das famílias, tornando filhos e filhas órfãos apesar de seus pais ainda viverem.
- c) Embora seja católico Vieira afirma que os jogos pagãos, inventados por heróis mitológicos, são mais úteis para a guerra e para a agricultura do que os jogos praticados pelos cristãos.
- d) Como os fiéis ainda estão no meio da novena, Vieira propõe a seu público um passatempo para evitar que se sintam enfadados e consigam completar o calendário litúrgico.
- e) Vieira elabora seu sermão para exortar os devotos que chegam a se enfadar da devoção. Valendo-se da retórica como um passatempo, ele pretende fazer com que todos concluam a novena e voltem-se para Deus.

**Direito administrativo sancionador brasileiro: breve evolução, identidade, abrangência e funcionalidades.**

6- O princípio da legalidade explicita a subordinação da Administração Pública à lei. O princípio da legalidade decorre diretamente de uma premissa mais ampla que é o princípio:

- a) do controle administrativo de seus próprios atos.

- b) do controle judicial dos atos administrativos.
- c) da indisponibilidade do interesse público sobre o privado.
- d) do princípio da hierarquia.
- e) todas as alternativas anteriores estão erradas.

7- O dever da Administração de justificar seus atos, apontando-lhes os fatos e fundamentos jurídicos do ato decorre, especificamente, do princípio:

- a) da legalidade.
- b) da motivação.
- c) da publicidade.
- d) da moralidade.
- e) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

8- No direito administrativo sancionador:

- a) em razão do princípio da legalidade tanto o ilícito administrativo como a respectiva sanção devem ser instituídos por lei formal.
- b) em razão dos princípios da tipicidade e da segurança jurídica, são vedados os ilícitos administrativos abertos, conhecidos como de baixa densidade normativa, como também os de mera conduta.
- c) considerando o princípio da deslegalização, não há obrigatoriedade de as sanções administrativas terem previsão ou mesmo fundamento remoto em lei formal.
- d) o administrador, utilizando-se do dever-poder discricionário, pode criar, para o caso concreto, reprimenda mais adequada à punição do servidor.
- e) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

9- A consolidação do Direito Administrativo Sancionador reputa-se reflexo claro e direto da crescente expansão do próprio Direito Administrativo. Sobre este aspecto podemos afirmar que este deve ser:

- a) entendido no Brasil como conjunto de normas jurídicas disciplinadoras da organização, do funcionamento, da estruturação, do exercício, dos resultados e consequências, e do controle da produção jurídica a cargo das Administrações Públicas nos diversos órgãos e Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

- b) entendido como a institucionalização de modelos sancionatórios como condição indispensável para resguardar os bens e interesses privados à forma de organização política do Estado.
- c) entendido como interesses públicos o qual perdeu qualquer nota conceitual que os concebia, como mera projeção de interesses de gestores administrativos ou da gestão administrativa individual dos aparelhos administrativos.
- d) entendido como base da ilegalidade material a qual incorpora todas as normas constitucionais que devem demarcar a juridicidade da atividade administrativa, que se impõe como limite inabalável para o adequado delineamento da norma.
- e) Todas as alternativas anteriores estão erradas.

10- Assinale a alternativa incorreta. Sobre o Direito Administrativo Sancionador - DAS é correto afirmar:

- a) deve obediência ao sistema constitucional de distribuição de competências legislativas e materiais, perfilhado na Constituição, no desenho da Federação, sob pena de colocar em risco o equilíbrio mútuo que há de presidir a delicada parceria a que corresponde a Federação.
- b) para assegurar a realização legítima do interesse público e a indisponibilidade do interesse público sobre o privado ele congrega a necessária observância dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis em conformidade com a Constituição Federal de 1988.
- c) as funções do DAS só são possíveis de examinar-se no bojo de cada política pública sancionadora, de cada política administrativa sancionadora, do modelo sancionatório e do sistema administrativo de responsabilização, pois as funcionalidades esperadas de sua elaboração e aplicação seguem caminhos múltiplos, na exata medida da heterogeneidade da atividade administrativa do Estado.
- d) o conjunto variado de funções que o DAS deve desempenhar no ordenamento jurídico varia, fundamentalmente, na dependência do segmento do direito civil e penal aos quais se adere ao sistema privado.
- e) a imposição de sanções pela Administração Pública deve respeitar garantias fundamentais do administrado, de modo a evitar arbitrariedades e assegurar que ninguém seja punido sem previsão legal prévia.

**A efetividade do controle externo da administração pública como forma de promoção dos direitos fundamentais.**

11- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A Constituição de 1988 impõe uma série de programas e ações que não impactam diretamente as políticas públicas idealizadas e executadas pela administração pública.
- b) Os Tribunais de Contas, órgãos responsáveis pelo controle interno dos executivos municipais, estaduais e federal, são fundamentais para o controle dos atos da administração pública.
- c) A análise teleológica da Constituição Federal de 1988 demonstra uma grande preocupação com a redução das desigualdades regionais.
- d) O rol de direitos fundamentais previstos na Constituição federal é taxativo, em virtude de sua grande extensão.
- e) O orçamento público, em razão de sua natureza eminentemente técnica, é imune ao princípio da publicidade.

12- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) O desenho constitucional traçado pela constituinte cidadã implica em uma baixa complexidade técnica quando o que se pretende é o controle dos gastos públicos, visando possibilitar aos particulares acesso pleno às necessárias informações consolidadas.
- b) O direito fundamental ao controle da gestão pública prescinde de órgãos com a expertise técnica necessária, o que cristaliza o princípio da democracia participativa.
- c) O direito fundamental ao controle da gestão pública é previsto literalmente no artigo 5º da Constituição Federal.
- d) A atuação do Tribunal de Contas não deve atuar no sentido de aprofundar a dimensão democrática das sociedades contemporâneas, pois deve prescindir de qualquer possibilidade de contaminação pela política institucional.
- e) Compete aos Tribunais de Contas o controle de entidades privadas que, gerindo recursos públicos, possam causar prejuízos ao tesouro público.

13- Assinale a alternativa verdadeira

- a) Em acordo com a ampla maioria da doutrina especializada, as prerrogativas e atribuições dos Tribunais de Contas possuem natureza tipicamente jurisdicional, na medida em que são responsáveis pelo julgamento das contas dos ordenadores de recursos públicos.
- b) As decisões dos Tribunais de Contas impossibilitam que ato administrativo julgado improbo pela corte de contas competente seja submetido ao controle jurisdicional, em razão do princípio da separação de poderes.

- c) A atuação dos Tribunais de Contas se dá, exclusivamente, em duas dimensões distintas: a repressiva e a preventiva.
- d) As decisões dos Tribunais de Contas são dotadas de objetividade administrativa.
- e) O julgamento das contas dos gestores públicos não pode ser concebido enquanto elemento integrante e importante do ciclo orçamentário.

14- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Há relação apenas indireta entre o controle externo e a realização prática dos direitos fundamentais.
- b) Uma correta hermenêutica do princípio da eficiência deve levar em conta as dificuldades reais impostas ao gestor público, tais como restrições orçamentárias e a falta de pessoal qualificado.
- c) O mínimo existencial impõe, necessariamente, a priorização daquelas políticas públicas que implicam um menor dispêndio de recursos ao tesouro.
- d) Não há dissenso quanto à possibilidade dos Tribunais de Contas exercerem o controle difuso de constitucionalidade nos processos sob sua análise.
- e) O princípio da eficiência, enquanto mandado de otimização, se resume a um juízo de legalidade.

15- Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A formulação e a realização das políticas públicas devem ser objetos de análise dos Tribunais de Contas, ainda que na montagem da agenda social do Poder Público as escolhas sempre pressuponham certo grau de discricionariedade.
- b) Os gastos obrigatórios necessários para financiar a execução de políticas públicas consideradas essenciais para garantir o mínimo existencial não vinculam a administração pública.
- c) Não há o que se falar em uma função social do controle externo, evidente contrassenso.
- d) Os programas de governo, em relação aos seus resultados, são imunes à análise dos Tribunais de Contas
- e) A auditoria de gestão e resultados não possuem fundamento, ainda que indireto, no ordenamento constitucional.

### **Controle das Políticas Públicas: uma apreciação sob a ótica do Poder Legislativo**

16- Assinale a alternativa correta:

- a) Uma correta hermenêutica constitucional deve prescindir de tomar em conta o horizonte fático em que a Carta Magna está imersa, por esta se tratar de norma imperativa que visa moldar a realidade socialmente partilhada.
- b) Os fins atribuídos ao Estado mostram-se rígidos e dotados de imutabilidade.
- c) A expansão da dimensão constitucional em uma série de ordenamentos jurídicos contemporâneos pode ser atribuída a tentativa de lidar com insuficiências atribuídas ao paradigma da modernidade.
- d) O constitucionalismo contemporâneo não impõe parâmetros à atividade legislativa, em razão do princípio da separação dos poderes.
- e) A interpretação da constituição não impacta o direito civil, em razão da distinção entre direito público e direito privado.

17 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A supremacia constitucional opera apenas no plano formal, sem incorporar valores ou opções políticas ao texto constitucional.
- b) A omissão dos poderes públicos pode ser interpretada como descumprimento das normas constitucionais.
- c) A constitucionalização do direito independe da jurisdição constitucional para sua efetivação.
- d) Não há possibilidade de revogação de normas infraconstitucionais anteriores à Constituição quando incompatíveis materialmente.
- e) Toda declaração de inconstitucionalidade de norma infraconstitucional implica, necessariamente, na alteração do texto da norma impugnada.

18- São todos elementos do assim chamado neoconstitucionalismo, exceto:

- a) A declaração de inconstitucionalidade por omissão
- b) A interpretação conforme a constituição.
- c) A incorporação de valores e opções políticas no texto constitucional.
- d) A força normativa da Constituição.
- e) A indistinção entre regras e princípios

19 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) Uma inovação trazida pela Constituição Federal de 1988 foi disciplinar o regime jurídico dos servidores públicos, elemento que a distingue das constituições brasileiras anteriores.

- b) O princípio da dignidade da pessoa humana é criação da jurisprudência do Tribunal Constitucional Alemão, sendo vetor hermenêutico importante, mas não central do ordenamento jurídico brasileiro.
- c) O interesse público é categoria absolutamente desvinculada do interesse privado, evitando, desta feita, a captura do público pelo privado.
- d) Cabe ao Estado a regulamentação e fiscalização dos serviços públicos delegados.
- e) Os interesses individuais coincidentes e compartilhados devem ser ignorados na implementação de políticas públicas, sob pena de conflito de interesses.

20 - Assinale a alternativa correta:

- a) A supremacia do interesse público é princípio constitucional implícito.
- b) O Judiciário não deve determinar a satisfação de interesses públicos constitucionalmente protegidos quando estiver em jogo o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana.
- c) A escolha sobre em que áreas alocar o limitado dinheiro público é uma questão exclusivamente política, não ocorrendo nenhuma vinculação constitucional.
- d) A implementação de políticas públicas para direitos sociais como saúde e educação independe da ação estatal.
- e) O conceito de "interesse público" nas políticas públicas deve prevalecer sempre, mesmo que elimine por completo os interesses individuais.

21 - Assinale a alternativa correta:

- a) O controle externo exercido pelos Tribunais de Contas é fundamental para o cumprimento daqueles programas constitucionais cujo objeto primordial é a satisfação dos direitos fundamentais básicos.
- b) O poder-dever do controle externo não demanda um processo de auditoria que imponha uma gestão pública de resultados.
- c) A observância da função social do controle externo deve ignorar a avaliação dos resultados sociais dos programas de governo.
- d) A busca e a efetivação da justiça social conclamada na Carta Política prescinde da função externa e fiscalizadora exercida pelos Tribunais de Contas
- e) A atuação das cortes de contas não deve colaborar com a conclusão hígida do ciclo de políticas públicas.

22 - Assinale a alternativa incorreta. O controle exercido pelos Tribunais de Contas manifesta-se por meio de atos administrativos:

- a) De natureza cautelar e antecedente.
- b) Incidentais.
- c) Repressivos.
- d) Pedagógicos.
- e) De natureza penal.

23 - Assinale a alternativa verdadeira:

- a) A proteção da autonomia da vontade é o eixo interpretativo principal e absoluto do ordenamento jurídico contemporâneo, prevalecendo sobre os outros princípios em todos os casos.
- b) O princípio da legalidade não possui nenhuma relação com o princípio da juridicidade.
- c) A Constituição não condiciona a racionalidade do ordenamento, servindo apenas como referência axiológica.
- d) A subordinação de toda interpretação jurídica à Constituição implica na aplicação direta ou indireta da Lei Maior.
- e) As normas infraconstitucionais, mesmo desconformes com a Constituição, devem ser mantidas em nome da segurança jurídica.

24- Assinale a alternativa correta:

- a) O controle externo da administração pública limita-se à função técnica de fiscalização contábil e financeira.
- b) A atuação dos Tribunais de Contas restringe-se à apuração de desvios de recursos, sem qualquer relação com a efetividade de direitos fundamentais como saúde, educação, moradia ou cultura.
- c) O controle externo da administração pública pode ser entendido como um direito fundamental implícito, materializado pela expertise das Cortes de Contas, que assumem papel essencial na consecução dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- d) A pesquisa bibliográfica e os precedentes dos Tribunais Superiores apontam que o controle externo tem natureza meramente acessória, sem relevância para a concretização de políticas públicas consistentes e voltadas à efetivação dos direitos sociais.

e) Os escândalos de desvios de recursos públicos demonstram apenas a ineficiência administrativa, mas não comprometem a efetividade dos direitos fundamentais, tampouco exigem novos mecanismos de fiscalização institucionalizada.

25- A Constituição de 1988 inaugurou um novo paradigma de atuação estatal, que se materializa na promoção de direitos fundamentais por meio de programas constitucionais. Considerando o descrito, assinale a alternativa correta:

a) Após 34 anos de vigência da CF/88, a execução dos programas constitucionais se manteve fiel à realidade idealizada pelo constituinte originário, demonstrando plena efetividade na concretização de políticas públicas consistentes e na plena satisfação dos direitos fundamentais.

b) O controle da execução das despesas públicas deve permanecer exclusivamente no âmbito interno da administração, de modo a preservar a autonomia dos Poderes Públicos na formulação e execução de políticas públicas.

c) Diante do descompromisso das gestões públicas, da corrupção e da impunidade, a execução dos programas constitucionais tem resultado em desperdício e desvio de recursos públicos, com reflexos negativos para os direitos fundamentais.

d) O novo paradigma constitucional de 1988 limitou-se a reconhecer os direitos fundamentais em seu aspecto formal, sem vincular o Estado ao dever de promovê-los mediante programas traçados na própria Carta Política.

e) Órgãos desprovidos de expertise e estrutura técnica seriam suficientes para o controle externo da administração pública.

### **Políticas Públicas e Direito Administrativo**

26 - Sobre políticas públicas, enquanto tema de interesse do direito, é correto afirmar que:

a) O modelo de Estado Liberal está mais atrelado às garantias das liberdades individuais do que à atuação do Estado. Isso, somado à forma de repartição de atribuições entre as instituições de poder, viabiliza a prestação de serviços públicos e assegura os direitos sociais.

b) Em termos jurídicos, os conceitos de serviços públicos e políticas públicas coincidem, uma vez que, ao final da Segunda Guerra Mundial, houve uma mudança qualitativa na função do Estado e o advento das políticas sociais.

c) Embora se distancie do universo da teoria política, o tema das políticas públicas caracteriza-se por sua alta complexidade e por ser, em certa medida, ontologicamente jurídico.

- d) O melhor instrumento teórico para a compreensão da funcionalidade e da dinâmica das políticas públicas é aquele baseado nas normas e no ordenamento jurídico, pois permite a construção de uma teoria normativa.
- e) A criação de serviços públicos e o aumento da intervenção do Estado no domínio econômico estão relacionados à intensificação da atividade estatal e à ampliação das funções do Estado. Esse processo se desenvolveu entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX.

27- Sobre os fundamentos das políticas públicas pode-se afirmar que:

- a) As políticas públicas estão atreladas intrinsecamente a existência dos direitos sociais. Os direitos individuais são direitos fundamentais de primeira geração, os direitos políticos são direitos fundamentais de segunda geração e os direitos sociais são direitos fundamentais de terceira geração.
- b) Os direitos sociais são direitos fundamentais que não dependem de prestações positivas do Estado para sua concretização, já que organizações sociais, empresas privadas e os mecanismos de mercado tem demonstrado maior capacidade de atendimento das demandas sociais.
- c) O Estado tem a função de coordenar serviços públicos que efetivem os direitos sociais em áreas como saúde, educação, habitação e previdência.
- d) O conceito de desenvolvimento está restrito a critérios e indicadores econômicos, como o aumento do PIB, por exemplo.
- e) As políticas públicas servem como instrumento de ação e avaliação dos diferentes governos, mas a função de governar não está atrelada à necessidade de se buscar uma coesão social.

28- Sobre o direito administrativo, pode-se afirmar que:

- a) Aumenta a importância do direito administrativo com o advento do direito ambiental, agrário, urbanístico e sanitário.
- b) O Direito Administrativo apresenta soluções eficientes e que geram equilíbrio para os conflitos existentes entre as questões de mercado e temas de interesse coletivo.
- c) O direito administrativo tem se destacado ao apresentar teorias para problemas gerais.
- d) Os novos ramos do direito estão atrelados e fortalecem uma teoria geral do direito administrativo.
- e) No direito administrativo predomina o debate sobre o poder de polícia.

29- Sobre o estudo de políticas públicas no direito administrativo é correto afirmar que:

- a) O Estado Social desenvolve atividades constituídas por serviços públicos.
- b) Por se tratarem dos meios do Estado para a realização de objetivos sociais, as políticas públicas são um problema estrito do direito administrativo.
- c) Estado-serviço público e Estado-políticas públicas são sinônimos, estando atrelados ao próprio desenvolvimento de estudos na área do direito administrativo.
- d) A Constituição Brasileira de 1988 trata sobre um conjunto de direitos dos cidadãos. Para fins de estudos na área do direito administrativo, os direitos dos

cidadãos devem ser analisados sempre sob a perspectiva de direitos sociais e não sob o viés das políticas públicas.

e) O Direito Administrativo anglo-americano exerceu influências diretas sobre o direito público brasileiro, o que faz com que no Brasil temas como contratos administrativos e bens públicos estejam dentro do campo de estudos da administração pública.

30- Assinale a alternativa correta:

a) O tema das políticas públicas no Direito Administrativo está associado a uma nova forma de relacionamento entre o poder público e a sociedade. Para Leon Duguit, os governos passam a ser os gerentes dos serviços sociais, mesmo em um contexto recente de redução da dependência das pessoas em relação aos serviços públicos.

b) O plano, enquanto expressão das políticas públicas, pode ter caráter geral, regional ou setorial.

c) O Direito Administrativo trouxe contribuições teóricas e conceituais ímpares para as políticas públicas. Dentre estas, está a definição consensual sobre o que são os serviços públicos.

d) O campo das políticas públicas, aplicado ao Direito Administrativo, permite afirmar que os serviços públicos são apenas aqueles prestados pela Administração Pública, desde que satisfaçam necessidades coletivas.

e) Trata-se de um princípio básico do Direito Administrativo brasileiro: o pertencimento das políticas públicas à esfera do Direito Constitucional.

## **Gabarito da Prova do curso de Especialização em Direito Administrativo**

- 1- A
- 2- B
- 3- D
- 4- A
- 5- C
- 6- C
- 7- B
- 8- A
- 9- A
- 10- D
- 11- C
- 12- E
- 13- D
- 14- B
- 15- A
- 16- C
- 17- B
- 18- E
- 19- D
- 20- A
- 21- A
- 22- E
- 23- D
- 24- C
- 25- C
- 26- E
- 27- C
- 28- E
- 29- A
- 30- B